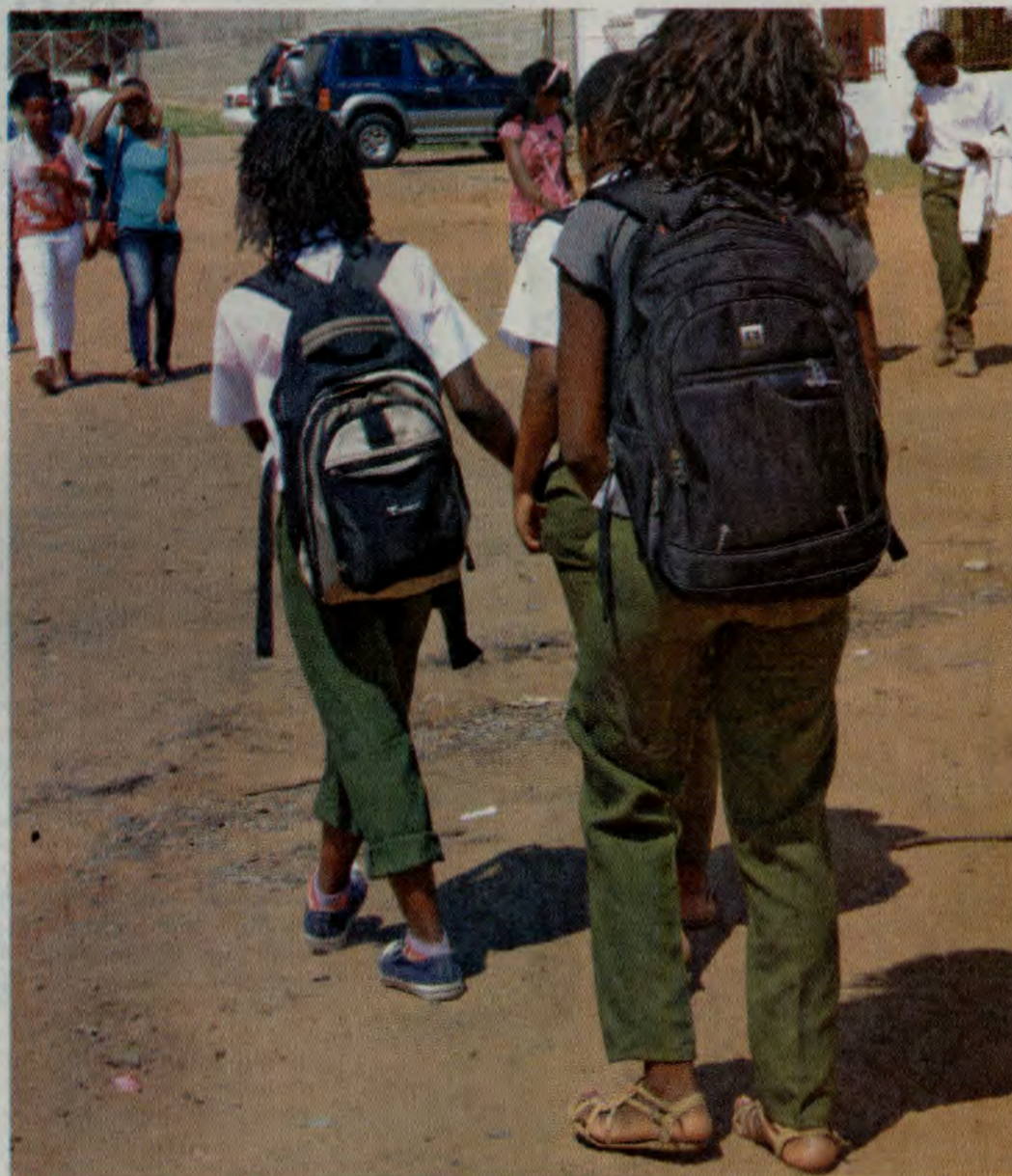


DENUNCIANDO INFRACTORES

Salvar alunas do assédio sexual

n EVELINA MUCHANGA

UMA simples gravação da conversa e mensagens de assédio salvou uma aluna de violação sexual por um professor na Escola Secundária Joaquim Chissano, província de Gaza.



Há que respeitar os direitos da rapariga na escola

Este é um dos casos de tentativa de abuso sexual nos estabelecimentos de ensino do país que chegou à associação Linha Fala Criança que graças à atitude da rapariga não se concretizou.

"Quando a mãe da menina telefonou para nós, dando conta que a filha de 15 anos estava a ser vítima de assédio sexual do professor, encorajamo-la a denunciá-lo à direcção da escola. Teve medo, mas insistimos que esta era a melhor forma de parar com chantagens. Melhor porque a filha tinha gravado as conversas e mensagens que ele mandava para pressioná-la", contou Luís Chaíque, gestor da Linha Fala Criança, comemorando o facto de o referido docente estar suspenso.

O nome de Rute é fictício para descrever a história verídica de uma aluna da 10ª classe da Escola Secundária Joaquim Chissano, que durante meses viveu momentos de tormento, ao ser coagida pelo docente da Língua Portuguesa para envolvimento sexual.

A história desta aluna não é isolada. Ela relatou à sua mãe e conseguiu ajuda. Outras não têm o mesmo destino, acabam por ceder à chantagem ou passam a não frequentar as aulas, reprovam e abandonam a escola, antes mesmo de terminar o secundário.

"Um estudo de diagnóstico rápido que fizemos este ano em

10 escolas secundárias na província de Gaza, apurámos que o assédio sexual é um problema pouco falado por causa da sua natureza, diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos que ainda são marcados por tabus. Das respostas que obtivemos deu para perceber que o ambiente escolar não é tão seguro para as raparigas, principalmente para a sua manutenção e aproveitamento", observou Carlos Manjate, director executivo da Rede Came.

Durante o ano passado e o primeiro semestre deste ano, a Linha Fala Criança recebeu cerca de mil denúncias de violação dos direitos da criança, entre os quais o abuso e violação sexual. Destes, 16 são de assédio sexual nas escolas, sobretudo de Maputo província e cidade, Zambézia e Nampula. Contudo, a maioria não foi seguido por falta de denúncia quer das vítimas, quer dos seus representantes legais.

A falta de acusação deste tipo de casos, segundo Mércia Massinga, responsável de programas da linha fala criança, pode estar relacionado ao medo e o risco de vir a sofrer represálias pois, como disse, alguns directores de escola tentam proteger os educadores implicados. Por isso, aconselha fazer a queixa nas direcções distritais e províncias de educação.

"Os pais que estão encorajados e que acreditam nas instituições



As meninas temem represálias - Mércia Massinga

denunciam casos de assédio e abuso sexual de suas filhas, mas a maioria não. Às vezes, os episó-

dios são relatados, mas a honra da vítima é prejudicada", reflectiu Carlos Manjate.

As manhas dos professores

PARA se aperceber de que as meninas estão a sofrer algum tipo de chantagem ou assédio nos estabelecimentos de ensino, os directores de escolas e pedagógos aconselham aos pais e encar-

deste problema.

António Delfim, director pedagógico da Escola Secundária Estrela Vermelha, fez perceber que através dos cadernos ou livros do aluno se pode descobrir o que se

lha", acrescentou António Delfim, sugerindo o uso do celular para a produção de provas de assédio. Ensinar uma aluna o significado do assédio e abuso sexual e incentivá-la a denunciar, caso

sobre o comportamento dos seus professores e colegas na escola. "Convido aos pais, sobretudo às mães, a ser muito amigos das filhas. Dialogando permanentemente com elas sobre a

As manhas dos professores



O assédio só prejudica a aluna - Rosalina Dedé Queco

São várias as táticas adoptadas pelos professores para abusar sexualmente das suas alunas. Alguns manifestam o seu desejo, insinuando-se, tocando, aproximando-se mais da rapariga, convidando-a para ir à sua casa buscar provas ou deixam algo por corrigir no teste para esta reclamar, segundo descreveu a professora Rosalina Dedé Queco, da Escola Secundária Francisco Manyanga.

Contudo, de todas os relatos que ouvimos dos directores de escola, alunos e encarregados de educação, o que mais nos chamou atenção é a existência de alguns educadores que promovem festas, embebedam as suas alunas com o objectivo de se aproveitar delas sexualmente. Outros mandam a rapariga para o quadro resolver um problema, cujos conteúdos ainda não leccionaram.

Ao não conseguir, o professor apupa a menina dizendo: "você ginga. Quando te mando para o quadro, não escreves nada. Por desobediência tens falta vermelha", contou-nos a tia de uma aluna assediada por um professor numa das escolas da cidade de Maputo.

Quando chegou à casa, a sobrinha dirigiu-se ao quarto e ficou por lá o dia todo. A atitude que chamou atenção da família de que algo não estava bem. À noite, a menina caiu doente e dia seguinte não conseguiu ir à escola.

Para resolver o problema, a tia da menor, cujo nome ocultamos, foi à escola e tirou satisfação do professor. "Ele pediu desculpas e não mais voltou a perturbar a criança, bem como as suas colegas que também estavam a ser vítimas do mesmo educador", animou-se a tia.

Um mal que encontra protecção legal

O QUADRO jurídico moçambicano avançou muito no que diz respeito à protecção da criança. Todavia, há alguns aspectos que devem ser melhorados, tais como a criminalização do abuso sexual no país, entende Carlos Manjate, director executivo da Rede Came.

Apontou que a penalização do assédio sexual vem transportado da Lei do Trabalho e ainda deixa assim interpretações dúbias quanto à sua

aplicabilidade no ambiente escolar.

"O abuso sexual em Moçambique ainda não é crime específico, isto é mesmo que negar o espírito e a letra da Convenção dos Direitos da Criança, a Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança e a Carta Africana dos Direitos da Criança que todos mencionam que o abuso sexual tem que ser punido e criminalizado", referiu.

Acrescentou que "no entanto,

Moçambique, na reforma legislativa do Código Penal de 2014, não entendeu o clamor da sociedade civil em relação a estas matérias, surgiu com um tipo legal de crime que se chama actos sexuais com crianças que não permite abordar assuntos relativos ao abuso sexual na dimensão em que é percebido nos países membros nas Nações Unidas", explicou.

Para Carlos Manjate, as raparigas

estão expostas ao abuso sexual pelo facto de ignorar os novos conceitos que são trazidos na área de protecção da criança.

"Achamos nós que se deu um bom passo ao revogar os crimes contra a honestidade e instituir crimes contra a liberdade sexual, mas ainda falta a componente da autodeterminação sexual. O Estado tem que impor as regras e os limites da tal autodeterminação", disse.

Quatro professores expulsos

QUANDO denunciada e provada a infracção, o professor incorre a várias sanções desde a despromoção, demissão e expulsão consoante as agravantes e atenuantes.

Ano passado, pelo menos quatro docentes foram expulsos dos sete acusados de assédio sexual de alunas nas escolas da província de Gaza. Outros (dois) foram despromovidos e um absolvido.

"A Educação está preocupada com este mal

que afecta a comunidade escolar, na medida em que põe em causa a promoção da equidade e igualdade de direitos e oportunidades no acesso à educação e seus benefícios para crianças, adolescentes, jovens e adultos de ambos os sexos, conforme o preconizado na estratégia de género", reconheceu o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

Explica que, com o surgimento e proliferação de casos de gravidez nas escolas, a Educação

produziu o Despacho 39/2003, de 05 Dezembro, que sanciona todo o funcionário que se envolver com as alunas. Foi ainda criado o departamento de género para coordenar ao nível nacional acções visando a protecção da rapariga de todas as formas de abuso, assédio sexual e violência.

Apesar da existência destes instrumentos, o assédio e abuso sexuais continuam problemas nas escolas que culminam em gravidezes e casamentos precoces.

Atento aos sinais

PARA se aperceber de que as meninas estão a sofrer algum tipo de chantagem ou assédio nos estabelecimentos de ensino, os directores de escolas e pedagógicos aconselham aos pais e encarregados de educação a estarem atentos a qualquer mudança de comportamento dos filhos.

"Em algum momento, as alunas ficam acanhadas, perdem a concentração na aula, o que prejudica o seu aproveitamento", revelou Arone Chilaúle, director da Escola Secundária Francisco Manyanga, propondo a intervenção de todos para a eliminação

deste problema.

António Delfim, director pedagógico da Escola Secundária Estrela Vermelha, fez perceber que através dos cadernos ou livros do aluno se pode descobrir o que se está a passar porque, como disse, alguns usam os cantos destes para exteriorizar os seus pensamentos e sentimentos.

"Os adultos conseguem esconder uma relação íntima, mas as crianças não. Mesmo tentando disfarçar, a maneira como se expressa é informal. Já não há aquela consideração de que está a falar com uma pessoa mais ve-

lha", acrescentou António Delfim, sugerindo o uso do celular para a produção de provas de assédio.

Ensinar uma aluna o significado do assédio e abuso sexual e incentivá-la a denunciar, caso seja vítima, é fundamental para o combate deste mal nos estabelecimentos de ensino, entende Arlindo Massinga, director da Escola Secundária Noroeste 1.

Para Massinga cabe, em primeiro lugar, aos pais desempenhar esse papel, mantendo sempre diálogo com os seus filhos, procurando conhecer as suas amizades e convidar-lhes a falar

sobre o comportamento dos seus professores e colegas na escola.

"Convido aos pais, sobretudo às mães, a ser muito amigos das filhas. Dialogando permanentemente com elas sobre a sexualidade... é importante nesta luta", disse Massinga.

Reconheceu, contudo, que na maioria das escolas existem espaços onde algumas organizações da sociedade civil ou mesmo professores falam da sexualidade, contudo, entende que não é suficiente, havendo a necessidade de uma maior participação dos pais e da comunidade.

NHAMATANDA

Mulheres dinamizam alfabetização

n Horácio João

DIVERSAS actividades de identificação dos centros, limpeza e contratação dos alfabetizadores voluntários seleccionados por cada comunidade foram as principais acções promovidas ao longo do último semestre pelo Gabinete de Alfabetização e Advocacia no distrito de Nhamatanda, em Sofala.

Segundo a chefe do sector, Júlia Duarte Mangué, que é igualmente esposa do administrador do distrito, Boavida Manuel, a iniciativa que visa garantir o bom funcionamento de Alfabetização e Educação de Adultos (AEA) enquadra-se no Programa Quinquenal do Governo.

Com efeito, Nhamatanda contratou para este ano um total de 260 alfabetizadores voluntários em dois Programas, sendo 60 para Alfa-Rádio e 200 para Alfa-Regular.

Já nos Educadores Profissionais, a região conta com 28 elementos na componente Regular.

E em relação à Profasa existem 11.792 profissionais, dos quais 5.896 são mulheres.

Finalmente, o grupo de professores assistentes do Profasa é formado por um movimento de 108 pessoas, destacando-se 50 mulheres.

Mangué avançou ainda que funciona neste distrito localizado ao longo da faixa do chamado Corredor de Desenvolvimento da Beira, o Programa Família sem Analfabetismo.

Trata-se da actividade que tem parceria da ADPP de Lamego, através do grupo de camponeses, que apoia na capacitação dos alfabetizadores voluntários na sua área de actividade, nomeadamente em Tica, Nhamapoca, Metuchira-Pita, Metuchira-Empresa e Lamego.

Dos 27.513 alfabetizandos inscritos, chegaram ao fim do semestre em alusão 27.283 e destes 26.874 estão em situação positiva, com um aproveitamento pedagógico de 98.5 por cento, e uma subida na ordem de 0.6 por cento em relação ao igual período de 2016.

Como impacto de alfabetização na vida do grupo-alvo, Júlia Mangué avaliou que foram adquiridas noções básicas sobre leitura escrita, domínio de cálculos e contagem dos números e participação nos grupos de poupança.

Permite também entender o noticiário em língua portuguesa, conhecimento de administração de medicamentos prescritos nos hospitais de acordo com a orientação médica incluindo leitura de sinais de perigo.



Júlia Mangué incentiva alfabetização de mulheres